



ACÇÃO SOCIALISTA



ENTREVISTA A ANTÓNIO VITORINO

“Política de austeridade agravou o risco de pobreza”

PÁGS. 8 E 9

40 ANOS



**LIBERDADE
MUDANÇA**



JANTAR DA LIBERDADE

**UMA EUROPA
MAIS SOLIDÁRIA**

PÁGS. 4 E 5

Quente & Frio



A ESCALDAR DESEMPREGADOS SEM PROTEÇÃO

Numa altura em que se intensificam os ataques ao Estado Social dos ultraliberais do Governo e de muitos comentadores alinhados pela cartilha do pensamento único, há números que são eloquentes e dramáticos: o Estado português apenas atribuiu prestações de desemprego a 367 mil desempregados em março, deixando sem estes apoios cerca de 445 mil desempregados, segundo dados divulgados pela Segurança Social.



QUENTE RESCISÕES "AMIGÁVEIS"

O Governo comprometeu-se a adotar um novo programa de rescisões na Função Pública para trabalhadores com poucas qualificações até junho deste ano (depois das eleições europeias), segundo o memorando que acompanha o relatório do FMI recentemente divulgado sobre a 11.ª avaliação ao programa de assistência económica e financeira. A política cega de cortes e de ataque aos funcionários públicos prossegue. É preciso parar e mudar de rumo.



FRIO ORDEM PARA FECHAR

O Governo PSD/CDS quer dar mais um passo de gigante na desertificação do país e na sua caminhada de destruição dos serviços públicos. Sabe-se agora que o Executivo Passos/Portas comprometeu-se, sem pestanejar, a encerrar este ano metade das repartições de finanças, de acordo com o memorando de políticas económicas e financeiras que acompanha o relatório do FMI sobre a 11.ª avaliação do programa de ajustamento económico e financeiro.



GELADO ÀS ESCURAS E SEM GÁS

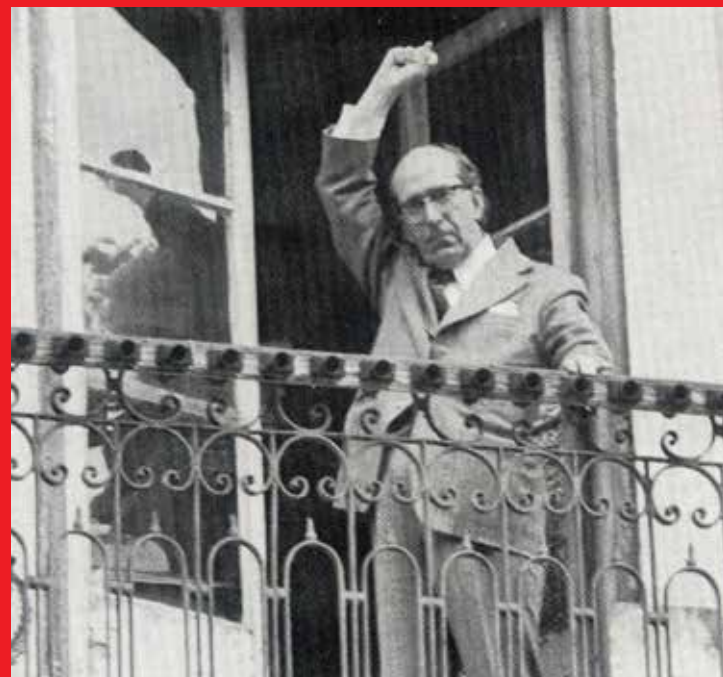
Os números políticos e as encenações da direita no poder sucedem-se, sem pudor. O Governo anunciou o alargamento dos descontos na eletricidade para famílias mais vulneráveis 2015 e ainda uma baixa da fatura do gás natural em 5% nos próximos três a quatro anos. Palavras para quê? São os reis do populismo e há eleições em maio. Noblesse oblige...

J. C. CASTELO BRANCO

RAUL REGO (1913-2002)

Um grande combatente pela liberdade

Se fosse vivo Raul Rego teria hoje 101 anos. O jornalista, político e escritor foi homenageado, no dia 13 de abril, na sua terra natal, a aldeia transmontana de Morais, em Macedo de Cavaleiros. Na cerimónia estiveram presentes as duas filhas, Manuela e Sofia Rego, para além de muitos amigos e conterrâneos.



A iniciativa contou com a colaboração da Câmara de Macedo de Cavaleiros e da Junta de Freguesia de Morais, foi organizada pela Associação Cívica, Cultural, Social e de Desenvolvimento Regional, Nordeste Global. Neste evento foi também feita a apresentação da tese de mestrado, transformada em livro, da autoria da historiadora Natália Neves dos Santos sobre a figura do jornalista e político, defensor da liberdade e lutador antifascista. O prefácio da obra é de Luís Reis Torgal, que salientou que personalidades como a de Raul Rego "nos fazem falta", num momento em que a política é mais uma conquista e manutenção do poder, em defesa dos "inconfessados interesses privados ou

de um capitalismo escondido" e sem preocupações sociais, do que uma "ação de cidadania". Natália dos Santos, referindo-se a Raul Rego, destacou a "vasta atividade profissional na imprensa", a sua luta diária de décadas, o peso da censura que sufocou o país até à Revolução dos Cravos, lembrando o que o homenageado escreveu em 1973, quando afirmou que "a minha geração foi uma das sacrificadas. Espero que o meu sacrifício aproveite à paz e progresso dos meus filhos". Falecido em Lisboa, em fevereiro de 2002, Raul Rego, fundador do PS, escreveu sobre política, dirigiu os serviços de imprensa das candidaturas presidenciais dos generais Norton de Matos, em 1949, e Humberto Delgado, em

RAUL REGO

"A minha geração foi uma das sacrificadas. Espero que o meu sacrifício aproveite à paz e progresso dos meus filhos"

1958, foi ministro da Comunicação Social no I Governo Provisório, depois do 25 de abril, deputado do PS na Constituinte e em diversas legislaturas, e, enquanto jornalista, fundou o jornal "A Luta", depois de ter passado por publicações como a "Seara Nova", "Jornal do Comércio", "Diário de Lisboa" e jornal "República", onde foi diretor. ■ **R.S.A.**

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



25 ABRIL 1984

DEZ ANOS DE LIBERDADE

"Dez anos de liberdade" era a manchete da edição de 25 de abril de 1984. Um número quase exclusivamente dedicado à Revolução dos Cravos e que contava com os testemunhos de Mário Soares, António Macedo, respetivamente secretário-geral e presidente do PS, e de personalidades como Vergílio Ferreira, Sophia de Mello Breyner, Mário Cesariny, Clara Pinto Correia, Simone de Oliveira, Raul Solnado, Fernando Dacosta, Natália Correia, Lídia Jorge e Agustina Bessa-Luís. Esta edição de luxo tinha ainda documentos inéditos, como factos ligados à ocupação da RTP por tropas afetas ao MFA. ■ **J. C. C. B.**



19 DE ABRIL

PS completa 41 anos

Por ocasião do 41º aniversário do Partido Socialista, dia 19 de abril, o Secretariado Nacional emitiu um comunicado saudando o percurso histórico do socialismo democrático em

Portugal e congratulando-se por mais um ano ao serviço do país e dos portugueses.

O "Acção Socialista" reproduz na íntegra o texto no qual os dirigentes do PS reafirmam e

reforçam o compromisso assumido de traçar um novo rumo de progresso, justiça social, igualdade de oportunidades, solidariedade e liberdade para Portugal. **M.R.**



COMUNICADO

Nos momentos mais marcantes da democracia portuguesa, o PS disse presente e ajudou a construir um futuro melhor para todos os portugueses.

Foi assim, entre outros momentos, na elaboração da Constituição da República, na defesa da liberdade, na construção de um Estado Social e na nossa adesão à União Europeia.

A história do PS confunde-se com a história da fundação e da consolidação da democracia em Portugal.

Neste dia, saudamos todos os socialistas, os fundadores, os militantes e os portugueses que se identificam com os nossos valores de liberdade, igualdade e solidariedade. Neste dia, renovamos a nossa prioridade: criação de emprego e de riqueza, através de políticas públicas que dinamizem a nossa economia.

Neste dia, reafirmamos a nossa defesa do Estado Social. Este Governo aproveitou a crise para atacar a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social. A intenção do Governo é clara: criar um Estado mínimo, onde cada pessoa fique entregue a si própria. Seremos intransigentes na defesa do Estado Social como garante da promoção da igualdade de oportunidades entre os portugueses e do combate às desigualdades.

Neste dia, renovamos o nosso compromisso com uma Europa política, económica e social, onde o valor da solidariedade será a bússola de todas as políticas: para problemas comuns, soluções comuns. É este o sentido do projeto europeu.

Todos os dias, na nossa ação política, defendemos os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade. São estes valores que norteiam a alternativa política que estamos a aprofundar. Um projeto político que adequa os valores do PS à realidade atual. Um projeto que, estamos certos, corresponderá à vontade da maioria dos portugueses. Um programa realista, sem mentiras ou ilusões.

Este esforço envolve milhares de portugueses. Militantes e independentes que querem virar a página na governação de Portugal para dar um novo rumo ao nosso país. Encontramo-nos todos no Jantar Nacional da Liberdade, dia 24 de abril, em Ourém.

O Secretariado Nacional do PS

EDITORIAL

MARCA PS

MARCOS SÁ

[marcos.sa.1213](https://twitter.com/marcos.sa.1213) [@marcossa5](https://facebook.com/marcossa5)



Principal impulsionador da nossa integração europeia, o PS renova o seu compromisso com um novo rumo para Portugal e para a Europa, onde os valores da solidariedade e promoção do emprego deverão ser a matriz de todas as políticas

Partido Socialista fez 41 anos no dia 19 de abril. São 41 anos que orgulham os socialistas. Desde a Acção Socialista Portuguesa, fundada por Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Ramos da Costa, embrião do Partido, que viria a ser fundado, em Bad Munstereifel, na então República Federal da Alemanha, um ano antes do 25 de abril, um longo caminho foi percorrido pelos socialistas na luta contra a ditadura do Estado Novo.

Depois, após o "dia inicial, inteiro e limpo", a história do PS confunde-se com a história da restauração e da consolidação da democracia em Portugal. O PS teve um papel cimeiro no combate à tentação totalitária nos anos de brasa da Revolução e depois na consolidação das instituições democráticas. No Governo ou na oposição, o PS esteve sempre nos momentos mais marcantes da democracia portuguesa.

Foi o principal responsável e impulsionador da nossa integração europeia, que permitiu um surto de desenvolvimento económico e social, pela implementação do Serviço Nacional de Saúde, pela escola pública para todos, pelo alargamento da proteção social a todos os portugueses, bases fundamentais do nosso Estado Social, que queremos preservar contra as investidas da direita. Foi ainda o PS que esteve na linha da frente das grandes conquistas civilizacionais, como a promoção da igualdade de género, a legalização da interrupção voluntária da gravidez e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Na atual conjuntura, marcada pela acção do Governo mais ultra-liberal e conservador da nossa democracia, o PS, sob a liderança de António José Seguro, tem pela frente o desafio de construir uma alternativa política que tenha como base os nossos valores de sempre, liberdade, igualdade e solidariedade, no âmbito de um projeto que concilie rigor orçamental com crescimento económico e combate às desigualdades. Um projeto que adequa os valores do PS à realidade atual.

Principal impulsionador da nossa integração europeia, o PS renova o seu compromisso com um novo rumo para Portugal e para a Europa, onde os valores da solidariedade e promoção do emprego deverão ser a matriz de todas as políticas. O PS é mais uma vez a única força de esquerda capaz de garantir uma alternativa credível e de progresso a esta direita que nos (des)governa há três anos e ser a principal fonte de esperança para milhões de portugueses. ■



Uma Europa mais solidária

No âmbito das comemorações do 40º aniversário da Revolução dos Cravos e dos 41 anos da fundação do partido, o PS realizou, na véspera do 25 de abril, o Jantar Nacional da Liberdade. Decorreu em Ourém e contou com a presença de cerca de dois mil militantes e simpatizantes socialistas. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

Foram muitos os dirigentes e notáveis socialistas que estiveram presentes nesta iniciativa, como o secretário-geral do PS, António José Seguro, o cabeça de lista socialista ao Parlamento Europeu (PE), Francisco Assis, tendo ainda marcado presença o líder do Partido Social-Democrata alemão (SPD) e vice-chanceler do Executivo liderado por Angela Merkel, Sigmar Gabriel.

António José Seguro, dirigindo-se a Sigmar Gabriel, começou por recordar o apoio dado pelo SPD a Portugal após a revolução de 25 de abril de 1974, agradecendo o contributo dos sociais-democratas alemães para a "consolidação da demo-

cracia portuguesa".

Falando do momento presente da União Europeia, o líder socialista manifestou convicção e esperança de que a Alemanha possa ter um papel mais ativo e "uma preocupação maior" com as políticas de emprego e com o crescimento económico, numa Europa "que terá de ser cada vez mais política e social", para que de novo se equilibre e volte a ser mais solidária e justa.

Neste contexto, Seguro defendeu uma maior igualdade entre os Estados, "independentemente da sua dimensão", sempre no respeito pelas opiniões de cada um "mesmo quando têm perspectivas diferentes". A Europa, para António José Seguro, tem

de assentar no ideal de solidariedade e da igualdade entre Estados, capazes de pôr em comum respostas para problemas comuns.

"Não queremos uma Europa que divida o norte do sul, os ricos dos mais pobres, a periferia do centro. Essa Europa, nós não queremos".

A alternativa socialista

O cabeça de lista do PS ao PE, Francisco Assis, começou por lembrar que há 40 anos o país estava a poucas horas de se encontrar com a democracia, uma opção "que abriu as portas ao desenvolvimento e o caminho do país para a Europa". A adesão permitiu ultrapassar o es-

tado de pobreza em que a sociedade portuguesa se encontrava em 1974, recordando o "desempenho insubstituível do PS em todo o percurso de democratização das instituições nacionais das últimas quatro décadas".

"Fomos capazes, neste período, nem sempre pacífico, de avançar para projetos tão determinantes para a modernização de Portugal e do bem-estar dos portugueses, como o Estado Social, o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública ou a Segurança Social pública". Avanços civilizacionais que Francisco Assis não deixou de classificar como iniciativas ao serviço da qualificação e valorização das pessoas, declarando não haver

"nenhuma comparação entre o que era o país há 40 anos e o que é hoje".

Apelou a todos aqueles que se encontram ideologicamente à esquerda do PS, "mas também aos que se encontram à direita e que não se reveem no atual rumo da Europa e do país", a concentrarem os seus votos na lista socialista ao PE, justificando que o "PS é a única alternativa politicamente consistente" para acabar com as atuais políticas europeias e nacionais que estão a destruir o sonho de construção solidária da Europa.

Só austeridade não chega

O líder dos sociais-democra-



NASCIDOS EM 1974

Alcáçovas, no Alentejo, foi o local escolhido para um encontro no dia 25 de abril, entre António José Seguro e 40 pessoas nascidas em 1974. À chegada o secretário-geral foi recebido pelo Grupo Coral Feminino Paz e Amizade, com cantares alentejanos alusivos à liberdade e ao 25 de abril.

Segundo explicou o secretário-geral do PS aos participantes, este encontro teve como objetivo falar informalmente "acerca do nosso país e, sobretudo, ouvir-vos, o que é importante para quem, como eu, se dispõe a governar".

Nas questões colocadas pelos cidadãos nascidos no ano da libertação do país da mais longa ditadura da Europa, foi evidente a preocupação com o futuro, sobretudo com o dos filhos. Seguro disse-lhes que há duas possibilidades para os portugueses: "Ou cruzar os braços e viver o futuro que outros fazem para nós, ou construirmos nós o nosso futuro".

Durante o serão, foram debatidos os principais temas da atualidade e não existiram questões proibidas. A exclusividade dos deputados, o que tenciona fazer António José Seguro quando for primeiro-ministro e como se pode fomentar o emprego e o crescimento foram algumas das questões abordadas.

Contudo, a nota dominante das intervenções dos participantes foi a preocupação com a situação do país e com a política de destruição levada a cabo pelo Governo da direita das conquistas de abril relacionadas com o Estado Social. ■

tas alemães, Sigmar Gabriel, usou da palavra para afirmar que a Europa só conquistará a confiança dos cidadãos com políticas sociais de emprego e de crescimento, e enviou várias mensagens críticas em relação à conceção económica e financeira atualmente dominante na União Europeia e na zona euro.

O vice-chanceler do Executivo da coligação CDU/SPD, depois de defender que os Estados devem endividar-se menos, não deixou de acentuar que continuando apenas a apostar em políticas de austeridade "não conseguiremos a tão desejada recuperação económica e financeira", defendendo que a confiança dos cidadãos europeus "só se conseguirá se não forem sempre os mesmos os penalizados", os jovens, os trabalhadores e os reformados.

Pegou no slogan usado pelo PS português em 1976, "A Europa Connosco", para referir que hoje talvez esse grito de esperança seja en-

carado com alguma desconfiança "por parte de muito europeus".

No início do jantar falaram Paulo Fonseca, presidente da Câmara Municipal de Ourém, que lembrou que comemorar o 25 de abril "é também tomar conhecimento do que foi o 24 de abril", acusando o atual Governo de direita de "estar a pôr em risco as conquistas de abril e de empurrar o país para trás", e António Gameiro, presidente do PS/Santarém. Depois de ler uma mensagem de apoio de Manuel Alegre à luta dos socialistas pela democracia ao longo destes 40 anos e aos capitães de abril, António Gameiro afirmou que Portugal atravessa "um momento crucial" em consequência do ataque ao regime democrático perpetrado pela direita, lembrando que o PS está preparado "e de mangas arregaçadas" para enfrentar as dificuldades e empecilhos que este Governo está a criar ao progresso e ao desenvolvimento do país. ■

E ABRIL?

SÓNIA SANFONA



“ Pergunto-me se posso, em consciência, passivamente, aceitar que aqueles que se arrogam donos de Portugal e que em nome de uma ideologia neoliberal, de um projeto político com laivos de autoritarismo ditatorial, destruam o meu país de Abril

S ou fruto de uma geração que sonhou Abril. Cresci, alimentada por essa torrente de sonhos, de expectativas, de desejos que povoaram durante anos a geração que me gerou. E por uma esperança, infinita, de mudança. Não senti na pele o cárcere, a tortura, a fome ou a opressão, mas recebi, daqueles que os viveram, o testemunho de um país destruído, de um povo amordaçado, de um futuro adiado. Abril foi a Estrela do Norte, anunciando o caminho, o passo derradeiro para a Liberdade, a consumação de uma luta sem tréguas, o prelúdio de um futuro, um qualquer futuro, que não se vislumbrava antes por entre a penumbra da ditadura. 40 Anos depois, que é feito de Abril? De Abril libertador e solidário, de Abril próspero e democrático, de Abril desenvolvido e justo? Sim, que é feito do meu país de Abril?

O meu país de Abril é hoje novamente um país amordaçado, preso a um programa de ajustamento que se transformou num programa de empobrecimento, um país onde a pobreza atingiu novos recordes, onde o desemprego grassa, devastador, perpassando todas as gerações. No meu país de Abril atacam-se os pensionistas e os funcionários públicos, acentuam-se as desigualdades, empurram-se os jovens para uma emigração forçada. No meu país de Abril destrói-se a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, as pequenas empresas. Abandonam-se as pessoas, cortam-se vencimentos, cortam-se prestações sociais, corta-se o ânimo e a esperança. Mentem-se, enganam-se, dissimulam-se, escondem-se. Querem destruir o meu país de Abril!

Pergunto-me se posso, em consciência, passivamente, aceitar que aqueles que se arrogam donos de Portugal e que em nome de uma ideologia neoliberal, de um projeto político com laivos de autoritarismo ditatorial, destruam o meu país de Abril.

Pergunto-me, se posso endossar uma ação política que visa destruir o Estado Social, impor a ditadura dos números, desrespeitar as pessoas e vender a retalho o meu país de Abril.

Encontro resposta na consciência que a geração que me gerou me deixou como legado. A minha resposta é o sonho, a esperança, a responsabilidade de legar aos meus filhos, também filhos de Abril, um país de Direitos, de solidariedade e de justiça. Um país que os orgulhe, que os ampare e que os motive, que mereça deles uma vida de trabalho, de entrega e que seja capaz de renovar, em cada um de nós, o espírito de Abril. Uma vez mais, agora depois de Abril, impõe-se a mudança, necessária e urgente.

40 Anos depois, o que fez este governo ao Abril do meu país? Portugal não é hoje o meu país de Abril, mas será, brevemente... ■

ONDE É QUE ESTAVA NO 25 DE ABRIL?

Nestes 40 anos do 25 de abril o "Acção Socialista" foi fazer a pergunta imortalizada por Baptista-Bastos a alguns fundadores e militantes do PS e ainda pedir-lhes que partilhassem as memórias que guardam do dia de todas as surpresas. **MARY RODRIGUES E J. C. CASTELO BRANCO**



No "dia inteiro, inicial e limpo", era o camarada **José Lamego** quem se encontrava em pior situação. Estava preso em Caxias. Aos 21 anos, então dirigente estudantil e militante da extrema-esquerda, era já a sua terceira prisão. "No dia 26 tivemos conhecimento dos factos e iniciámos negociações para a libertação dos presos políticos", conta, sublinhando que, naturalmente, a sua reação foi de "enorme alegria".

José Lamego adianta que o episódio que o



marcou mais foram "os milhares de pessoas em torno da prisão de Caxias, festejando a libertação dos presos políticos" e aponta Salgueiro Maia como a figura mais emblemática da Revolução dos Cravos.

Às três da manhã do dia 25 de abril de 1974 **António Reis**, então dirigente socialista e redator da maior revista da oposição democrática, "Seara Nova", entrava nos estúdios do Lumiar da RTP, como aspirante a oficial miliciano do destacamento da EPAM que ocupou aquelas instalações no cumprimento do plano da Operação Fim-Regime. Aí permaneceu durante quase 72 horas,



com "uma breve escapadela, ao final da tarde, para ir dar um abraço ao Raúl Rego na redação do 'República'".

Entre as 03h00 e as 04h20, quando foi lido o primeiro comunicado do MFA, António Reis diz ter passado pela "tensão própria de quem não sabia se as outras unidades comprometidas no golpe tinham também saído ou se estávamos sozinhos, como tinha acontecido no 16 de março e nos golpes anteriores ao longo da ditadura".

Mas, depois, foi "uma infinita alegria e a certeza de que a democracia ganharia!".

Volvidas quatro décadas, ainda lembra com emoção o momento em que, numa reação "quase unânime", trinta soldados sob o seu comando, ao serem informados que liberdade, paz e justiça social eram os objetivos de toda aquela operação, disseram: "Se é para isso conte comigo, meu aspirante!".

A admiração de António Reis por Salgueiro Maia é gerada "pela determinação, coragem, serenidade e pelo desprendimento pelo poder que veio a revelar" aquele que, garante, "era e sempre foi um puro".

Alberto Arons de Carvalho, um dos mais jovens fundadores do PS, deputado durante várias legislaturas e secretário de Estado da Comunicação Social, passou o dia todo no "República", para onde foi logo que amanheceu o dia da liberdade.



"Desde umas semanas antes estava informado sobre os preparativos do golpe. Na antevéspera, o Álvaro Guerra, escritor e jornalista, avisara-me da data e pediu-me para estar disponível para qualquer coisa que fosse necessária. Na noite de 24 de abril, o cineasta Fernando Matos Silva avisou-me da senha no Rádio Clube Português, o "Grândola", que ouvi,

esperando que logo a seguir a rádio fosse ocupada, o que, para meu desespero, só seria divulgado a meio da madrugada. Passei a noite toda bem acordado, a ouvir os comunicados na rádio, a trocar telefonemas com o Pedro Coelho, que me ia dando notícias sobre a movimentação dos militares na zona onde ele morava, perto da Praça de Espanha, e à espera de ir para o jornal, onde se concentraram muitos socialistas e tínhamos muita informação, tanto mais que estávamos bem perto do Largo do Carmo e da sede da PIDE e da censura..."

E, claro, a reação foi "de muita esperança e entusiasmo", até porque aquele seria, segundo as palavras do próprio, "um dos dias mais importantes da minha vida, embora na altura não tivesse ainda uma total consciência de como aquela Revolução iria mudar por completo o meu futuro."

Na memória, o camarada Alberto Arons de Carvalho mantém sempre fresco "o abraço com Mário Soares, em Santa Apolónia", quando o histórico fundador do PS regressava do exílio, bem como a chegada do pai, também exilado, mas, confessa que chorou quando ouviu o discurso de José Magalhães Godinho, ao perceber que alguém, além de si, e já com "alguma idade", que lutara "com grande generosidade contra o regime", tinha alcançado o objetivo de uma vida inteira.

Sublinhando que o 25 de abril foi "o coarçar de um longo período de combate em que muitos portugueses sacrificaram as suas vidas, sofreram a prisão, a tortura, o exílio e, alguns deles, a morte", Arons de Carvalho diz que não há uma figura única que resuma a Revolução dos Cravos, mas

destaca Mário Soares, "pelo combate que travou antes e também depois daquele dia, com grande coragem e coerência".

O atual líder da bancada socialista na Assembleia da República estava no Porto a 25 de abril de 1974. "No dia anterior, à hora do jantar, sou procurado por um amigo para me dar conta do golpe militar nessa madrugada. Deu-me o sinal, a senha e a hora da arrancada". Pouco dado a frequências radiofónicas, **Alberto Martins** não ouviu "E depois do adeus" nem "Grândola" e deitou-se "com o desalento na alma".



"Às sete da manhã, pelo telefone, dizem-me que a revolta está na rua", pelo que a reação imediata foi ir também para a rua, atento às notícias e "na convicção do tempo libertador a que há muito aspirava". "No meu dia de anos, festejei-o com amigos, em tempo breve, porque tudo estava rapidamente acelerado, confidenciais".

De licença registada do serviço militar desde 1970, na sequência das greves de Coimbra, Alberto Martins não esquece aquele episódio acontecido no Quartel do Carmo e que foi transmitido pela televisão para todo o país, considerando a figu-

“APRENDE A NADAR, COMPANHEIRO QUE A MARÉ SE VAI LEVANTAR QUE A LIBERDADE ESTÁ A PASSAR POR AQUI”

Sérgio Godinho



ra do capitão Salgueiro Maia como determinante, ao comando da coluna militar à qual se rendeu Marcello Caetano.

O camarada **Almeida Santos** era na altura um já prestigiado jurista e figura marcante da oposição democrática. Radicado em Moçambique, foi em Lisboa,



“em serviço profissional, como advogado que era”, que o antigo presidente do PS teve conhecimento às quatro da ma-

nhã, através de um telefonema de pessoa amiga, que havia uma Revolução. “A Revolução é boa ou má? – perguntei. Podia ser da extrema-direita. – Pela música parece boa. Também achei. E o sono foi-se”, conta.

O antigo presidente da Assembleia da República, onde foi deputado durante várias legislaturas, ex-ministro de governos provisórios e constitucionais, refere que a sua primeira reação foi “ouvir rádio até de madrugada” e quando raiou o Sol foi para o jornal “República” abraçar “o meu querido amigo Raul Rego”. E ficou na capital, já que não havia aviões para Moçambique, a “vibrar com a Revolução até bem depois do 1º de maio”.

Almeida Santos sublinha ainda que os episódios que o marcaram mais foi ver nos dias 25 e 26 de abril “o público a caçar elementos da PIDE e a entregá-los aos militares, para que fossem presos”

e no 1º de maio seguinte “a manifestação de regozijo de toda a esquerda de então”. Quanto à figura que elege como mais marcante do 25 de abril, refere a nível militar Salgueiro Maia e Otelo Saraiva de Carvalho e, a nível político, o general Spínola pelo contributo que deu com o livro “Portugal e o Futuro”, que esteve na génese da Revolução.

Maria de Belém Roseira estava a trabalhar no então Ministério das Corporações e Segurança Social, na Direção-Geral da Previdência onde desempenhava funções como jurista, quando ouviu as notícias promissoras de que um novo golpe contra a ditadura estava em curso. “Reagi com enorme contentamento”, relata quem já foi a primeira ministra da Igualdade e deputada em várias legislaturas, confessando de seguida que a



esperança foi “contida” uma vez que “o recente Golpe das Caldas não tinha conseguido triunfar”.

Porventura o momento-chave daquela madrugada libertadora foi o facto de, “apesar do conselho para todos permanecerem em casa e apelos para que estivessemos calmos pois tudo iria ficar sob controlo, as coisas evoluírem no bom sentido, pois sob controlo é que nós não queríamos que ficasse”. Para Maria de Belém, os capitães de Abril tiveram indiscutivelmente um papel emblemático, especialmente Salgueiro Maia com o cerco ao terreiro do Paço – símbolo do poder – e a ocupação do Quartel do Carmo. “Mais tarde, a identificação de Melo Antunes como o verdadeiro estratega do movimento e a sua capacidade para impedir desvios negativos” foi motivo de grande felicidade.

Joel Hasse Ferreira, professor universitário, e antigo eurodeputado e deputado na AR durante várias legislaturas, que fez parte das comissões política e nacional do PS, afirma que no dia de todas as surpresas estava, “teoricamente, no Hospital Militar da Estrela, mas, na prática, numa casa de família, muito perto do hospital”. E isto porque, explica, a sua atividade política na altura “concentrava-se



no alargamento e apoio a redes de militares, essencialmente milicianos e do quadro, e em contactos políticos e militares no sentido da preparação do que veio a ser a Revolução”.

Desse primeiro dia do resto da sua vida, Joel Hasse Ferreira, que vinha participando na preparação do 25 de abril desde a primavera de 1973, aponta como imagem mais marcante “a ocupação sucessiva do Terreiro do Paço e do Largo do Carmo por Salgueiro Maia e suas tropas”. O antigo dirigente socialista sublinha que tem de eleger três figuras determinantes de abril: Salgueiro Maia, Melo Antunes e Vasco Lourenço.

A camarada **Maria Carolina Tito de Moraes** lembra que foi em casa que teve conhecimento da Revolução, referindo que inicialmente teve dúvidas sobre o que estava a acontecer. A antiga dirigen-



O DESPERTAR PARA A POLÍTICA

A alegria das pessoas na rua, “uma espécie de felicidade coletiva”, é a imagem que o secretário-geral socialista tem na memória do 25 de abril, que o “apanha” no ciclo preparatório da escola da sua terra natal, Penamacor.

António José Seguro aponta como o episódio mais marcante dos primeiros dias em liberdade a notícia de que nem ele e o seu irmão, nem mais nenhum jovem, iriam combater para a Guerra Colonial.

O líder do PS elege Salgueiro Maia

como a figura mais marcante da Revolução e adianta que o 25 de abril foi o início do seu despertar para a participação cívica e política, que o levariam a fundar o jornal “A Verdade de Penamacor” e mais tarde a aderir ao PS e à JS. Seguro sublinha como mais positivo do 25 de abril “a liberdade, a dignidade, o progresso, a proteção social e a qualidade de vida para a maioria dos portugueses”, acrescentando que “foram 40 anos de liberdade, de progresso e de desenvolvimento”.



te socialista recorda ainda que após a sua vinda do exílio “tinha sempre um carro da PIDE à minha porta em vigilância permanente” e aponta a “explosão de alegria do 1º de maio de 1974” como o episódio mais marcante destes dias inesquecíveis. Sobre o impacto que teve nas suas vidas o 25 de abril de 1974, as respostas foram unânimes: “Mudou tudo!”. Era o primeiro dia do resto das suas vidas. Todos referem que puderam passar a participar ativamente e livremente na vida política.

Consenso também no que de mais positivo trouxe a Revolução: Liberdade, democracia, progresso social e económico, fim da guerra colonial e integração europeia e a ideia geral de que valeu, vale e valerá a pena continuar a viver abril. ■

ANTÓNIO VITORINO MANDATÁRIO DA LISTA DO PS ÀS EUROPEIAS 2014

“Política de austeridade agravou o risco de pobreza”

António Vitorino é o mandatário do PS nas eleições europeias de 25 de maio. Em entrevista ao “Acção Socialista”, diz não ter dúvidas de que nada dispensa uma estratégia consolidada do nosso país que compatibilize rigor e crescimento. Reconhece, contudo, que há uma certa quebra de solidariedade e um retorno a preconceitos do tipo “Norte cumpridor/Sul laxista”. Mas que essa simplificação, em vez de resolver os problemas, só os agrava. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

Perante o Governo mais impopular desde o 25 de abril de 1974, ganhar estas eleições europeias para o PS significa o quê?

Estas eleições europeias constituem o momento adequado para imprimir uma mudança de rumo nas políticas europeias, no sentido de uma conciliação efetiva do rigor na gestão das contas públicas com o crescimento económico e a criação de emprego. Uma vitória do PS seria não só um contributo para essa mudança europeia, mas também a expressão da vontade dos portugueses continuarem empenhados no projecto europeu e pretenderem em Portugal um governo em linha com tais prioridades.

Alguns constitucionalistas estão de acordo em que não é possível referendar matérias

com implicações orçamentais e fiscais, como o Tratado Orçamental. É correto?

O Tratado Orçamental foi aprovado democraticamente entre nós nos termos constitucionais. Em Portugal não há “referendos revogatórios”. Mais do que um debate sobre um hipotético referendo, o que interessa é saber como é que esse Tratado vai ser aplicado de forma inteligente, contemplando todas as suas componentes (em especial a do crescimento económico) e não apenas confinado à austeridade, como o faz o actual governo.

Renegociar a dívida, como propõem 70 personalidades, é ou vai contra alguma figura imposta pela UE?

Desde há mais de um ano e meio que o secretário-geral do PS tem colocado a ques-

tão da dívida nos seus devidos termos. E até o actual Governo já por diversas vezes renegociou quer prazos quer taxas. A dívida gere-se e o melhor argumento para obter condições mais favoráveis é iniciar uma trajetória de redução da dívida pública, é apostar numa estratégia de crescimento económico e de criação de emprego. São esses indicadores que os credores olham com grande atenção para aferirem da sua sustentabilidade. Um mecanismo de mutualização de garantias a nível europeu seria um elemento relevante neste contexto.

Como explica o recente regresso aos mercados por parte da Grécia e de Portugal?

Neste momento todos os países ditos periféricos têm tido acesso ao mercado e coloca-





do dívida com taxas progressivamente mais baixas. Isso é positivo e em larga medida resulta da intervenção do Banco Central Europeu. Mas não nos devemos deixar iludir, na medida em que os mercados continuam a dar sinais de grande volatilidade e, assim como dão provas de euforia hoje, amanhã podem retrair-se. Nada dispensa uma estratégia consolidada do nosso país que compatibilize rigor e crescimento.

A Europa dos milhões que nos foram apregoados, como quem fala de uma tia rica, depressa se transformou no parente avaro. Concorda?

Há uma certa quebra de solidariedade e um retorno a precon-

Não há solução sustentada para os problemas portugueses fora da União Europeia. Mas responsabilizar a Europa por tudo o que de mal sucedeu parece-me errado. E se é verdade que parte dos erros cometidos no processo de ajustamento foram ditados pela troika, não é menos verdade que foi o Governo PSD/CDS que sempre quis ir além da troika. Logo, uma forte votação no PS no dia 25 de maio será o contributo que os portugueses podem (e devem!) dar para uma mudança no rumo europeu e, no momento próprio, também em Portugal.

Portugal tem que passar para um novo paradigma e assumir-se como parceiro

país. Precisamos de um modelo de desenvolvimento económico que garanta a sustentabilidade do Estado Social e crie as condições para a retoma do crescimento económico e a criação de emprego. O que passa não apenas por acordos políticos, mas também pelo envolvimento ativo dos parceiros sociais. Rever a Constituição não me parece a melhor maneira para começar a trilhar o caminho desse tipo de acordo necessário para o futuro do nosso país.

Desregulação dos mercados, desindustrialização, deslocalização de empresas, globalização acelerada da indústria financeira, associado às políticas

“A dívida gere-se e o melhor argumento para obter condições mais favoráveis e iniciar uma trajetória de redução da dívida pública é apostar numa estratégia de crescimento económico e de criação de emprego”

“ Uma forte votação no PS no dia 25 de maio será o contributo que os portugueses podem (e devem!) dar para uma mudança no rumo europeu e, no momento próprio, também em Portugal”

ceitos do tipo “Norte cumpridor/Sul laxista”. Essa simplificação em vez de resolver os problemas só os agrava. Mas também não me parece justo dizer que não tem havido nenhuma solidariedade. Basta referir que no próximo quadro financeiro entre 2014 e 2020 estão previstas transferências de fundos para Portugal no montante de 21 mil milhões de euros. Cabe-nos a nós fazer uso desses fundos da melhor forma para gerar crescimento económico, emprego, melhorar a competitividade das nossas empresas e apostar decididamente nas qualificações dos portugueses.

A política de austeridade estrçalhou vidas, empresas, deu cabo de empregos e desvalorizou o trabalho. Era esta a Europa que queríamos?

adulto da integração europeia. Concorda?

O PS esteve sempre no centro do processo de integração europeia. Na adesão, com Mário Soares, na qualificação para o euro, com António Guterres, no Tratado de Lisboa com José Sócrates. A passividade destes últimos três anos não apaga as marcas relevantes que Portugal deixou na construção europeia. E que decerto voltará a deixar de novo com um Governo liderado pelo PS.

Defendeu há dias um novo contrato social, mas que não passe por uma revisão da Constituição. Quer especificar?

A política de austeridade agravou o risco de pobreza, aumentou as desigualdades sociais, fez disparar o desemprego, ameaçou a coesão social do

de austeridade, não são as causas da actual regressão social em que nos encontramos?

Os problemas que refere têm uma dimensão global e só num quadro global podem ter respostas cabais. Daí a importância da participação na União Europeia e no euro. Qualquer país isoladamente (seja ele Portugal, seja a própria Alemanha) não conta no contexto global para encontrar essas respostas. Só a União faz a força. Daí a importância que no próximo Parlamento Europeu o grupo mais votado seja o da família socialista e social-democrata, porque tem nas suas prioridades políticas responder aos desafios de uma globalização desregulada em nome de valores de coesão, solidariedade e respeito pela dignidade humana. ■

Europeias 2014

Os portugueses vão ser chamados a votar dia 25 de maio para escolher os seus representantes no Parlamento Europeu.

Neste quadro, os candidatos do PS estão a percorrer o país alertando os eleitores para a importância destas eleições.

Votar no PS e nos seus candidatos para o Parlamento Europeu é uma exigência para ajudar a mudar o rumo das políticas europeias, recuperando os valores da solidariedade, da convergência económica e social e da retoma do crescimento, valores sem os quais não haverá criação de emprego nem justiça social na Europa.

Uma vitória do PS, apoiando ativamente a lista liderada pelo camarada Francisco Assis, e composta por mulheres e por homens que nos dão a garantia de fidelidade aos nossos valores comuns, será o sinal mais forte para a mudança necessária perante os desafios com que a União Europeia está confrontada.

Como refere António Vitorino, mandatário da lista do PS ao Parlamento Europeu, "aqueles que se abstiverem de participar não poderão mais tarde queixar-se da continuação da austeridade cega ou das orientações que discriminam os países em função da sua situação económica e social". ■



A Europa em Setúbal

A Federação do PS de Setúbal organizou no dia 5 de abril, no Auditório das Oficinas Municipais do Seixal, um debate sobre questões europeias.

O evento, coordenado pelo ex-eurodeputado Joel Hasse Ferreira, teve como oradores no 1º painel António Vitorino, mandatário nacional do PS às europeias, Luís Capoulas Santos, eurodeputado, e Carlos Trindade, membro do Comité Económico e Social Europeu. Neste painel, abordaram-se essen-

cialmente a evolução das políticas agrícolas e piscatórias, bem como as perspetivas atuais da União Europeia, em termos económicos e políticos. No 2º painel entrevistaram as eurodeputadas Edite Estrela e Ana Gomes, a secretária nacional Jamila Madeira, o embaixador Francisco Seixas da Costa e



Ana Maria Bettencourt, antiga presidente do Conselho Nacional de Educação. Estiveram em

debate temas ligados ao papel da União Europeia no Mundo, a Estratégia Oceânica da Euro-

pa, o desenvolvimento educativo e as mulheres na construção europeia, bem como os direitos humanos, a segurança e a defesa da Europa.

Maria Amélia Antunes, secretária nacional e candidata ao Parlamento Europeu, fez uma intervenção mobilizadora na sessão de abertura, bem como Joel Hasse Ferreira e o vice-presidente da Concelhia do Seixal, Marco Fernandes. O debate terminou com as intervenções da presidente da Federação, Madalena Alves Pereira, e do dirigente nacional Eurico Brilhante Dias, em representação do secretário-geral. As sessões tiveram como moderador o camarada Joel Hasse Ferreira. ■

PREPARANDO UM NOVO RUMO PARA PORTUGAL

As conferências nacionais da Convenção Novo Rumo para Portugal, discutiram, neste último mês, temas tão importantes quanto as desigualdades, a defesa do interior, o poder local, a protecção e a economia social. O secretário-geral do PS, António José Seguro, encerrou todas as conferências e avançou com as linhas de força que, em cada um dos temas, orientarão a acção de um futuro governo socialista. **MARY RODRIGUES**

Direita negocia nas costas dos portugueses

O secretário-geral do PS acusou o primeiro-ministro de “negociar, nas costas dos portugueses, mais sacrifícios para os reformados” e desafiou Pedro Passos Coelho a esclarecer rapidamente a situação.

Em Sintra, no encerramento da conferência Novo Rumo Para Portugal dedicada à “Economia Social”, António José Seguro foi peremptório ao dizer que

“os portugueses foram confrontados com um documento que existe no seio das instituições europeias, desde pelo menos o dia 19 de março, e que mostra bem a cultura e a matriz deste Governo: negociar nas costas dos portugueses, enganar os portugueses, para negociar com a troika mais sacrifícios sobre os mesmos, ou seja, os reformados e os funcionários públicos”, afirmou o

líder socialista.

António José Seguro referia-se ao documento da Comissão Europeia para aprovação da 11.ª avaliação regular ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), datado de 19 de março e que foi divulgado por alguns meios de Comunicação Social.

Segundo Bruxelas, o Governo terá de realizar uma reforma global do regime de pensões, que



deverá incluir medidas a curto prazo”, reforçando-se “o vínculo entre direitos de pensão e critérios demográficos e económicos. “Podemos concordar ou discor-

dar da governação, o que não é aceitável é que haja um Governo e um primeiro-ministro que governem mentindo aos portugueses”, vincou.

Empobrecimento

Um dia antes, em Vila Nova de Gaia, o líder socialista garantiu que o PS está contra o enfraquecimento das funções sociais do Estado e afirmou que o empobrecimento é estratégia ideológica do Governo.

António José Seguro falava no encerramento da conferência “Um Novo Contrato Para a Proteção Social” e não hesitou em alertar para a necessidade de vigiar de perto este Governo, cujas opções de corte servem para enfraquecer as funções

sociais do Estado.

“Com este Governo, todo o cuidado é pouco”, afirmou, acrescentando que a estratégia de pobreza seguida pelo Executivo de direita corresponde a uma opção ideológica e que “o PS se opõe aos que defendem um Estado mínimo”.

Portugal não tem assistido a um programa de ajustamento, considerou o líder socialista. “O primeiro-ministro assumiu, mas só depois das eleições, que Portugal precisava de um pro-

grama de empobrecimento e tem vindo a implementá-lo”. O PS não concorda com esta estratégia e “defende a competitividade pela qualificação e valorização do capital humano, e não pelos salários baixos”, sublinhou Seguro, acrescentando que “precisamos de ter uma economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado”.

Segundo o secretário-geral do PS, a “existência de regras através de um Estado regulador e que combata as desigual-



dades sociais” é essencial. Tal como a existência da educação e saúde públicas, que “não são um capricho socialista”, mas “uma necessidade da sociedade e do nosso país”.

De seguida lembrou: “Queremos um Estado forte, não um Estado mínimo onde cada um fique entregue à sua sorte, dependendo do que tem no banco”.

Desigualdades

Já no Instituto Politécnico de Leiria, onde encerrou a conferência dedicada ao “Poder Local”, o secretário-geral do PS defendeu que os últimos dados conhecidos sobre a pobreza em Portugal são “chocantes”.

“Isto não pode ficar apenas por um lamento. Um país que não coloca o combate à pobreza no centro das suas prioridades

não está à altura do seu povo”, apontou.

Falando para uma plateia com muitos autarcas socialistas, António José Seguro pediu-lhes “ajuda” para uma nova agenda que assuma a importância do combate às desigualdades.

Afirmando que há “dois países completamente diferentes”, o líder socialista criticou o Gover-

no de direita “que só tem uma agenda: empobrecer o país”.

Contraopondo “o país que nós não queremos”, o dos “baixos salários”, a uma política inclusiva, o líder socialista retomou a sua proposta de criar condições para que os sem-abrigo, cerca de “quatro mil”, possam ter alternativa a “dormir na rua”.



Mudança começa na Europa

Em Vila Real, no encerramento da conferência “Em defesa do Interior”, o secretário-geral do PS considerou que nas eleições europeias os portugueses vão poder escolher entre o país “pobre” do Governo e um país a caminho do crescimento sustentável, porque “a mudança começa na Europa”.

“Sim, a mudança começa na

Europa e vai também concretizar-se em Portugal, só que a mudança não cai do céu, depende de cada portuguesa e de cada português”, disse António José Seguro.

A 25 de maio, segundo o líder socialista, os portugueses vão ter a oportunidade de “escolher entre dois países: entre o país pobre e desigual de Pe-

dro Passos Coelho e um país a caminho de um crescimento sustentável, que dê oportunidades aos mais e menos jovens, que combata as desigualdades e a pobreza, e com propostas claras para defender os nossos interesses no seio da União Europeia”, sublinhou.

Seguro reafirmou ainda o seu



apoio ao interior, recordando que há muito que defende “um plano de desenvolvimen-

to” para estas regiões e acusou o Governo de ver o interior “como um encargo”. ■



CONFERÊNCIA NEXT LEFT

Diferença entre PS e PSD nunca foi tão nítida

“O Estado Social é um investimento e não uma despesa”, afirmou no dia 11 de abril o secretário-geral do PS, António José Seguro, no encerramento da conferência “Next Left 2014: Para um próximo contrato social”, no ISEG, em Lisboa, onde salientou que nunca, como hoje, “a diferença ideológica entre PS e PSD foi tão nítida”.

Numa intervenção onde procurou marcar de forma clara as diferentes visões e opções do PS e da direita sobre o país e a Europa, Seguro afirmou que os socialistas defendem uma “sociedade de bem-estar e uma sociedade participativa”, acrescentando que “não podemos ignorar que em Portugal há quem defenda um Estado que apenas desempenhe funções de soberania e de segurança, e não funções sociais”.

Para o líder do PS, saúde e educação, duas áreas fundamentais para o desenvolvimento económico e coesão social do país, não são despesa, mas sim investimento. Por isso, frisou, “quando nos dizem que saúde e educação são despesa, não concordamos. Para nós, é um investimento. Defendemos com clareza as funções sociais do Estado e trabalhamos para garantir a sua sustentabilidade”.

António José Seguro reiterou que a aposta no capital humano acrescenta competitivida-

de à economia, ao contrário da atual maioria de direita que defende que “a pobreza é um fator de competitividade numa sociedade”, pois permite implementar salários mais baixos. “E isto é uma opção ideológica com a qual não concordamos”, disse. O líder do PS recordou, a propósito, os recentes estudos sobre pobreza, segundo os quais 1/4 da população portuguesa vive abaixo do limiar de pobreza. Uma realidade que considerou intolerável e que é preciso combater.

Seguro reiterou que o emprego deve ser uma prioridade. “Devemos dizer às pessoas que o emprego deve ser uma prioridade de toda a sociedade”, disse, defendendo “a aposta em políticas públicas que ajudem a estimular a economia e criar oportunidades de trabalho. E isto é uma opção para o nosso país”.

Uma Europa ao serviço das pessoas

Para o líder socialista, “nunca, como hoje, a diferença ideoló-

gica entre o PS e o PSD foi tão nítida nas opções para o nosso país”, salientando que “não temos o direito de construir uma sociedade entregando parte da população à sua sorte. Não é apenas um imperativo moral, mas também um fator de competitividade. É importante que se perceba que o Estado Social significa investimento público, e não gasto, como diz o Governo”.

Lembrando a onda de emigração dos últimos três anos,

nomeadamente dos jovens, Seguro lembrou que o PS sempre se opôs a que “este programa de ajustamento se transformasse num processo de empobrecimento”. Neste aspeto, a Europa tem um papel fundamental a cumprir. “A união monetária tem que fazer a sua parte, não pode deixar cada país entregue à sua sorte”, disse, reiterando que a mutualização permite “menos défice e menos sacrifício das pessoas”.

Numa alusão às eleições europeias, o líder socialista disse ser este um “momento de mudança”, porque “é possível dar um sinal claro de que queremos uma Europa que esteja ao serviço das pessoas e da criação de emprego”.

Seguro defendeu ainda que é essencial termos “sociedades mais participativas e temos que criar condições para que isso aconteça, para que os cidadãos possam dar a sua opinião e o seu contributo”. ■

ESTÓRIAS DE CIDADANIA – MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL

O COMPROMISSO DA CAPACITAÇÃO SOCIOECONÓMICA

A MISSÃO EM NOME DO ESTADO SOCIAL

Estes foram os painéis em discussão na conferência “Next Left”, que juntou dezenas de personalidades nacionais e estrangeiras, num debate estimulante sobre a procura de novos rumos para uma sociedade mais participada e mais coesa.

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

“Estado Social é um investimento e não uma despesa”



PS ALERTA

Governo prepara mais cortes

O Partido Socialista recebeu os representantes da troika no dia 22 de abril, na sede nacional do Largo do Rato. Após o encontro, o secretário nacional Eurico Brilhante Dias afirmou que “o PS ficou com uma certeza: o programa de assistência financeira até pode acabar formalmente amanhã, mas a política de austeridade vai continuar”.

Isto porque, alertou, “o Governo português continua a negociar com a troika mais cortes nos salários, mais cortes nas pensões, mais encerramentos de serviços públicos e está a comprometer-se com a troika em prosseguir com a política que nestes três

anos gerou maus resultados”. Eurico Brilhante Dias revelou que o PS voltou a dizer à troika que “o país precisa de parar com a política de cortes e com a política de empobrecimento” e que se deve “inverter esta política do ‘custe o que custar’ que teve péssimos

resultados”. O dirigente socialista salientou que “os portugueses precisam de um horizonte de esperança orientado para o crescimento e a criação de emprego”, acrescentando que “o PS sempre defendeu uma consolidação orçamental sus-

tentável e faz parte de um amplo consenso nacional em torno da sustentabilidade das contas públicas”. Eurico Brilhante Dias fez ainda questão de frisar que nos dez encontros com a troika “o PS fez sempre aquilo que lhe pareceu ser crucial para um

partido que tinha firmado o memorando, mas que não era responsável pelo programa de empobrecimento que este Governo empreendeu nos últimos três anos. Procurámos defender os portugueses e confrontar a troika com os resultados da sua política”. ■ **J. C. C. B.**

FEDERAÇÃO DO PORTO PROMOVE FORMAÇÃO E DEBATE POLÍTICO

Numa iniciativa da Federação do Porto, através do seu Gabinete de Estudos, foi constituída a Academia para a Formação e o Debate Político, presidida por José Rio Fernandes. Esta Academia, inserida na política de dinamização prosseguida pelo presi-

dente da Federação, camarada José Luís Carneiro, organizou um primeiro ciclo de nove palestras, de janeiro a março, sob o lema “A urgência da política”. “O que é ser de esquerda hoje”; “Consolidação orçamental e crescimento económico”; “Habitação, transportes e es-

paços (de) pobres e (de) ricos”; “2020 e desenvolvimento a norte” e “Cultura: da definição à ação política” foram os temas de algumas das sessões realizadas e que contaram com a participação de Augusto Santos Silva, Teixeira dos Santos, Pedro Adão e Silva, Luís Braga

da Cruz, Pedro Bacelar de Vasconcelos, entre muitas outras personalidades. As sessões promovidas pela Academia procuram valorizar a política e a atitude de aprendizagem e reflexão que deve marcar os que se interessam pelo seu desempenho. ■

O 25 DE ABRIL E O PAPEL DAS MULHERES

Quarenta anos depois da Revolução dos Cravos, é importante recordar a situação anterior da mulher na sociedade portuguesa. ISABEL COUTINHO*



Quarenta anos depois da Revolução dos Cravos, é importante recordar a situação anterior da mulher na sociedade portuguesa.

Até então, esta era vista apenas como mera dona de casa, mãe, companheira e pouco mais. Muito poucas eram as que trabalhavam, e as que o faziam ganhavam cerca de 40% menos do que os homens.

A mulher, face ao Código Civil, podia ser rejeitada pelo marido no caso de não ser virgem na altura do casamento e o casamento católico, por sua vez, era

indissolúvel. As mães solteiras não tinham direito a qualquer proteção. O Código Penal permitia matar a mulher em flagrante adultério, sofrendo apenas um desterro de seis meses.

Até 1969, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem uma autorização do marido ou do pai. Estavam impedidas de exercer determinadas profissões e só podiam votar quando fossem chefes de família e se possuíssem um curso médio ou superior.

No que concerne à saúde sexual e reprodutiva, os médicos

não estavam autorizados a receitar contraceptivos orais. O aborto era punido em qualquer circunstância.

Com o 25 de abril de 1974 abriram-se as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade. A mulher portuguesa deixou de ser vista apenas como a filha, esposa ou mãe e passou a ser encarada também como cidadã. Pôs-se fim à discriminação.

As mulheres do 25 de abril travaram uma luta reivindicativa, económica e social pela defesa das suas liberdades. Uma

luta pelo direito ao trabalho e à igualdade na sociedade, ao nível laboral, familiar, na participação social, política, cultural e até mesmo desportiva.

No entanto, 40 anos depois do 25 de abril, não podemos deixar que todas estas conquistas adquiridas por nós, mulheres, sejam novamente postas em causa.

O aumento do custo de vida, os baixos salários e o desemprego estão a pôr novamente em causa a vida das famílias e em particular das mulheres. As políticas aplicadas pelo atual Go-

verno destroem a coesão social e causam a instabilidade no seio das famílias e, como consequência, acentua-se muitas das vezes o fenómeno da violência.

Não podemos, por isso, permitir que, com a desculpa do "tem de ser", haja um recuo nos direitos alcançados, pois isso significará aceitar a discriminação e o papel secundário para o qual nos querem remeter...

Vivam as mulheres! Viva o 25 de abril! Viva a liberdade!

*Presidente do DNMS

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O IMPACTO NA SAÚDE

A violência doméstica é usualmente classificada e trabalhada como um problema exclusivamente social, embora, apesar de não ser um problema relacionado diretamente com a saúde pública, afete diretamente a saúde da mulher e o próprio sistema de saúde português. É também consequência da degradação socioeconómica do país e de indicadores de saúde relacionados com o agravar da crise, como o alcoolismo e as dependências. A violência doméstica tem, pois, um grande impacto na saúde da mulher e nos serviços e recursos humanos da saúde. De acordo com a OMS, a violência doméstica causa mais mortes e incapacidade, na idade reprodutiva, do que o cancro. Causa também maior morbilidade, no mundo, do que os acidentes de viação e a malária em conjunto. As estatísticas existentes em Portugal indicam que a violência contra a mulher é uma situação cada vez mais frequente.

Em 2013, na rede nacional de gabinetes de apoio à vítima, casas de abrigo e unidades de apoio à vítima migrante, os técnicos de apoio à vítima da APAV estiveram envolvidos em 11.800 processos de apoio, num total de 8.733 vítimas diretas de um ou mais crimes. Nos serviços da APAV foram relatados 20.642 crimes (relatório anual de 2013), sendo que, destes, cerca de 82,8% das vítimas eram pessoas do sexo feminino.

Um estudo que avalia o impacto da violência doméstica contra a mulher nos custos de SNS, em Portugal (Pita Barros et al, Health care costs of domestic violence against women – evidence from Portugal) conclui que os custos da violência doméstica, associados a uma maior procura de cuidados de saúde, representam um acréscimo de 140 euros por ano, o que representa um custo adicional de 22%, comparativamente a não vítimas.

Destes custos, 127 euros são custos do SNS, associados a consultas médicas (55%) e medicamentos (30%). Os 13 euros remanescentes são custos da mulher, dos quais 68% com medicamentos.

A violência doméstica contra a mulher é, assim, um problema grave que tem que ser combatido com políticas integradas, do ponto de vista social, mas também de intervenção a nível da saúde.

As consequências socioeconómicas, para a vítima e a sociedade, bem como os prejuízos para a saúde física e mental têm demasiados custos. Para prevenir e combater a violência doméstica é necessário redefinir conceitos culturais, sociais, económicos e políticos.

Ao nível da saúde, é fundamental implementar em Portugal as recomendações da OMS nomeadamente, a necessidade do sector da saúde de olhar com mais cuidado para este

problema.

Todos os profissionais de saúde devem receber formação para que consigam compreender a relação entre a violência e problemas de saúde da mulher, de forma a serem capazes de responder apropriadamente.

O tema da violência doméstica deve passar a fazer parte dos currículos da formação base de todos os profissionais de saúde.

Devem igualmente ser criados, nos serviços de saúde, espaços que permitam um atendimento personalizado das vítimas de violência doméstica, com recurso a profissionais de saúde especializados, assegurando total confidencialidade.

Há um longo caminho a percorrer no país, no sentido de implementação de políticas intersectoriais que permitam estabelecer verdadeiras redes de apoio às vítimas de violência doméstica. ■ ISAUARA MARTINHO*

*Secretária nacional do DSMS para a área da Saúde

MANUEL ALEGRE DIZ QUE O MAL ESTÁ AÍ OUTRA VEZ

Manuel Alegre lançou no dia 9 de abril, no Quartel do Carmo, palco dos momentos cruciais da jornada libertadora do 25 de abril, uma antologia de 29 poemas, alguns escritos antes da Revolução dos cravos. Em "País de abril", poema publicado em 1964, no livro "Praça da Canção", que dá nome a esta antologia, Manuel Alegre, de forma premonitória, falava já de abril e de cravos vermelhos.



Editada pela D. Quixote, esta antologia poética foi apresentada pelo jornalista e advogado José Carlos Vasconcelos, "velho amigo do autor", como lembraria, que representou presos políticos nos tribunais plenários da ditadura. Na iniciativa também participaram os músicos Francisco Fanhais e Manuel Freire, que interpretaram o poeta. Foram ainda recordados outros nomes que gravaram alguns dos poemas incluídos nesta antologia, como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira ou Amália Rodrigues, com "Trova do Vento que Passa", e ainda Alain Oulman e António Portugal. Numa breve intervenção, o poeta, depois de se dizer "atrapalhado e comovido", começou por se dirigir a Vasco Lourenço, homenageando assim os capitães de abril e recordando que "foi Salgueiro Maia quem abriu

estas portas" do Quartel do Carmo. Apelou à resistência, "porque é preciso fazer renascer a esperança", expressando confiança de que a "vida seja qualquer coisa mais do que taxas de juro e austeridade". "O mal", disse, "está aí outra vez", não já como ditadura ou guerra colonial, mas sob a forma do "pesadelo da austeridade, do ataque aos serviços públicos de saúde, educação e segurança social, de desvalorização do trabalho, dos cortes de salários e pensões, e, talvez pior, do corte da esperança e do futuro". A distância, fri-

sou, "não diminuiu o privilégio de ter vivido aqueles tempos", recriados agora com a publicação desta antologia passados 40 anos sobre o 25 de abril de 1974. "Sem armas mas com poemas e canções, que também são armas". Foram muitas as personalidades que se quiseram associar a esta iniciativa, com destaque para o secretário-geral do PS, António José Seguro, Maria Barroso (em representação de Mário Soares), Ramalho Eanes,

Vasco Lourenço, Eduardo Lourenço, Maria de Belém Roseira, Almeida Santos, José Sócrates, o provedor da Justiça, Faria e Costa, o presidente da CMVM, Carlos Tavares, António Costa, Carlos do Carmo, o presidente da Fundação Gulbenkian, Artur Santos Silva, e escritores como Nuno Júdice, Clara Rocha e José Manuel Mendes. ■ R.S.A.

POEMARMA 1967 • PRAÇA DA CANÇÃO

*Que o poema seja microfone e fale
uma noite destas de repente às três e tal
para que a luta estoire e o sono estale
e a gente acorde finalmente em Portugal*



REVISTA "FINISTERRA" A NOSSA CRISE E O EURO



Saiu um novo número da "Finisterra", revista de reflexão e crítica dirigida pelo ensaísta Eduardo Lourenço, que tem como tema central "A nossa crise e o euro". Editada pela Fundação Res Pública, integra nesta edição artigos de Eduardo Lourenço, Guilherme d'Oliveira Martins, Fernando Pereira Marques, Carlos Gaspar, João Ferreira do Amaral, Glória Rebelo, Reinhard Naumann, Joaquim Jorge Veiguinha, João Soares do Santos, José Nuno Lacerda da Fonseca e Gerald Barr.

A revista "Finisterra" disponibiliza contributos para uma reflexão séria, crítica e progressista sobre os principais desafios que se colocam ao país e à União Europeia, num contexto de crise do capitalismo financeiro e fenómenos como a globalização, livre concorrência internacional, envelhecimento demográfico ou mudança tecnológica. ■ J. C. C. B.

LIVROS

SUGESTÕES DE PAULO PISCO



A DITADURA DE SALAZAR E A EMIGRAÇÃO

Victor Pereira

Doutorado em História pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris, Victor Pereira, nascido em 1978, é professor na Universidade de Pau et des Pays de l'Adour e investigador associado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dedicando-se ao estudo e investigação sobre a emigração portuguesa, espanhola e francesa e sobre a

História portuguesa do século XX. Este seu livro, "A ditadura de Salazar e a emigração", notavelmente documentado e recheado de testemunhos, ilumina todas as questões que estão no cerne da política e das relações bilaterais ou europeias da época, cruzando habilmente as fontes. De 1957 a 1974, cerca de 900 mil portugueses emigraram para França, mais de metade dos quais de forma irregular. A mais velha ditadura de direita na Europa, o Portugal de Salazar, teme os efeitos da modernidade, organiza uma política de emigração ambígua que serve os seus interesses políticos, económicos, financeiros e militares e impede a população de emigrar legalmente e constrange-a à clandestinidade em França.



PENSAGEIRO FREQUENTE

Mia Couto

O escritor lusófono Mia Couto assinou "Pensageiro Frequente", em 2010, um conjunto de crónicas que escreveu para a revista "Índico", das Linhas Aéreas de Moçambique. O autor diz que a bordo de um avião torna-se um pensageiro, ou seja, um passageiro que apesar de frequente continua a sentir o mesmo medo a cada viagem. Para entreter o medo põe-se a escrever. Estas 26 crónicas surgem na sequência de

alguns desses voos e foram feitas a pensar no passageiro que entre fusos horários procura uma distração. São artigos sobre as gentes e terras de Moçambique, escritos para "fazer com que o meu país voasse pelos dedos do viajante, numa visita às múltiplas identidades que coexistem numa única nação". Assim, o leitor voa contemplando e descobrindo segredos da paisagem, do reino animal, do mundo, da história e da vida, descobrindo um país, encontrando-se com marcas de identidade(s) do outro e de si. São crónicas felizes estas, em que o cronista partilha as suas experiências com os leitores, apresentando-lhes assim um país pintado com as cores da diversidade, num quase roteiro de moçambicanidade.



POBREZA E EXCLUSÃO SÃO DANOS COLATERAIS PARA A MAIORIA

ANTÓNIO GALAMBA*

“ Quarenta anos depois do 25 de abril, as marcas da maioria PSD/CDS são as do empobrecimento e da regressão social

Inebriados pelas narrativas construídas para desfocar a atenção do essencial, a maioria de direita continua a olhar com displicência para o lado obscuro das suas políticas, aquilo que consideram ser meros danos colaterais do seu programa de empobrecimento do país: o desemprego, o aumento do risco de pobreza, a reprodução de desigualdades sociais ou o isolamento. A ligeireza com que falam de cortes em prestações sociais importantes para quebrar os ciclos individuais e familiares de pobreza e de exclusão social; a soberba com que sublinham o clima de paz social ou os níveis de criminalidade no contexto da crise, ou até mesmo uma certa lógica caritativa instalada, correspondem a uma visão de Estado mínimo.

É por isso que cortar na saúde, na educação ou na proteção social dos portugueses é entendido como um exercício de reforma do Estado. É essa a matriz que esteve na origem do projecto de revisão constitucional do PSD, em 2010, e que está subjacente aos compromissos que vão assumindo com a troika nas costas dos portugueses. Ora inspirando, ora sendo inspirados.

Considerando que, depois de 2012, a dose de austeridade aplicada pela maioria PSD/CDS foi sempre em crescendo, é normal que os resultados divulgados sobre o risco de pobreza e os padrões das disponibilidades alimentares tenham tido uma evolução negativa em 2013. Segundo dados do INE, em 2012, 18,7% das pessoas estavam em risco de pobreza, sendo agravado para 22,2% no caso das famílias com crianças dependentes. O risco de pobreza é o mais elevado desde 2005. Em 2012, o nível das disponibilidades alimentares, em especial de proteínas, recuaram 10 anos (carne de bovino), 13 anos (carne de suínos) e 8 anos (pescado), sendo substituídas por hidratos de carbono.

Quarenta anos depois do 25 de abril, as marcas da maioria PSD/CDS são as do empobrecimento e da regressão social. Marcas presentes nas condições de vida dos portugueses, nas dificuldades dos pais em criarem um ambiente favorável ao crescimento dos seus filhos e na inexistência de oportunidades que possibilitem o combate aos factores de desigualdade social.

Mais do que olhar para o passado ou ficar resignado perante o presente, é nesse futuro que nos devemos concentrar e agir.

* Secretário nacional do PS

Guerra nos lixos

O Conselho de Ministros aprovou a privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), subholding das Águas de Portugal para o sector dos resíduos.



Com esta iniciativa, o Governo pretende vender até ao final do primeiro semestre de 2014, em concurso público, 100% do capital da empresa que está na posse do Estado, arrecadando cerca de 200 milhões de euros, segundo avaliações preliminares.

Uma decisão que está a abrir uma guerra entre o Governo e a maioria dos municípios portugueses, que acusam o Executivo de querer entregar a parte rentável do negócio dos resíduos urbanos aos privados, deixando “os ossos” para os municípios.

Isto mesmo defende o presidente da ANA/PS e da Câmara Municipal de Baião, José Luís Carneiro, que sustenta que a medida, a ir em frente, conduzirá, a médio prazo, ao “agravamento da situação financeira do grupo Águas de Portugal”.

Para o também líder do PS/Porto, a eventual privatização da EGF, a acontecer, abrirá as portas de um “bem público essencial e indispensável ao bem-estar e qualidade de vida das populações” ao sector privado, retirando assim também “poderes aos municípios e à

sua autonomia para estabelecerem e definirem localmente tarifas comportáveis para os cidadãos”, nomeadamente para os que possuem menores rendimentos económicos.

Também para o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, nada justifica, do ponto de vista económico, esta privatização, lamentando que o Governo se mostre “insensível aos argumentos dos autarcas” e assegurando que os municípios vão continuar, “pela via política e judicial”, a tentar travar este processo de privatização. ■ **R.S.A.**

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



27 ABRIL 1974
SOARES REGRESSA DO EXÍLIO

Mário Soares acena à multidão na estação de Santa Apolónia no dia 27 de abril de 1974, depois da viagem no “Comboio da Liberdade” vindo de Paris, na companhia dos camaradas Manuel Tito de Morais, Ramos da Costa e Maria Barroso. Era o regresso a uma pátria finalmente libertada, após 48 anos de ditadura. Era o início de uma nova era e da luta pela consolidação da democracia, pelo fim da guerra colonial, pelo desenvolvimento económico, social e cultural para todos e pela integração europeia de Portugal, onde o Partido Socialista teve um papel fundamental e determinante. ■ **J. C. CASTELO BRANCO**

